

## “Sexualidades e identidades – reflexões em torno de algumas questões de carácter epistemológico”

Ana Maria Brandão\*

---

### Síntese:

Pretende-se apresentar uma reflexão sobre algumas dificuldades teóricas na problematização da noção de “identidade sexual” e, em particular, da noção de “identidade homossexual”.

### Resumo:

Contrariamente ao que acontece, de momento, em Portugal, tem-se assistido nalgumas sociedades ocidentais, em particular nos E.U.A. e na Grã-Bretanha, a uma proliferação de estudos sobre a sexualidade e, em particular, sobre a homossexualidade.

O debate sobre a relação entre sexualidade e identidade apresenta dificuldades particulares de análise, começando pela própria definição do conceito de “identidade sexual”, ao qual subjazem algumas das problemáticas mais difíceis e virtualmente mais inacabadas da história da Sociologia: a da oposição entre abordagens de carácter nominalista e realista e a da relação entre natureza e cultura. Mas existe também um debate social e político mais vasto, implícito a esta problemática, que se entrecruza com a actuação dos movimentos defensores dos direitos dos homossexuais e dos seus opositores.

A um primeiro nível parecem existir algumas posições de fundo inconciliáveis – é sobre esta assunção que pretendemos reflectir.

## Introdução

Por volta de finais dos anos 60 uma temática começou a despertar na Sociologia e tem vindo, gradualmente, a preencher os catálogos das publicações especializadas (em particular as anglo-saxónicas), assumindo a forma de um debate sem dúvida actual pelas implicações políticas que a determinados níveis apresenta, mas também porque no seu âmago se levantam novamente algumas das questões que se colocaram à constituição da Sociologia como ciência – essa temática é a da sexualidade, e, em particular, a questão da homossexualidade.

Marcada, por um lado, pela emergência de um conjunto de movimentos sociais que assumiram (e ainda assumem) proporções conflituais elevadíssimas em determinadas sociedades ocidentais economicamente desenvolvidas e, por outro, pela publicação da *História da Sexualidade* de Foucault em 1976, a questão central que começa gradualmente a clarificar-se é a de saber se podemos ou não considerar que existe algo a que podemos atribuir a designação de identidade sexual, e, para o caso que, em particular, nos interessa, identidade homossexual, ainda que admitamos que os modos como esta tem sido definida variem.

A obra de Foucault lança para a discussão teórica, e também política, a ideia da não existência do homossexual enquanto indivíduo intrinsecamente distinto dos demais antes do século XIX. Nas palavras do próprio autor, “A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi

---

\* Este artigo insere-se no âmbito do projecto de doutoramento da autora.

\* Assistente do Departamento de Sociologia/ I.C.S./ Universidade do Minho

abatida à prática da sodomia, passando a uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. *O sodomita era um relapso, o homossexual é agora uma espécie*” (Foucault, 1994a: 46)<sup>1</sup>. Assim, a ideia comum segundo a qual a identidade do indivíduo está intimamente ligada às formas assumidas pela sua sexualidade, a ideia de que os seres humanos se distinguem intrínseca e ontologicamente pela sua preferência em termos de objecto sexual seria uma ideia nova, uma preocupação com “data de nascimento”, ausente em períodos anteriores da nossa história. O discurso, melhor dizendo, os discursos, que gradualmente se foram produzindo teriam transformado o sexo no problema central das nossas vidas e teriam constituído a sexualidade como domínio (semi-) autónomo das nossas existências (Foucault, 1994). As categorias construídas através daqueles discursos adquiriram realidade e produziram novos discursos: a homossexualidade pôs-se a falar de si, a reivindicar a sua legitimidade ou “naturalidade”, muitas vezes no vocabulário e com as categorias pelas quais era medicamente qualificada (Foucault, 1994a: 104).

Na década anterior, McIntosh, inserindo-se na linha do interaccionismo simbólico, e, em particular, no âmbito da teoria da rotulação, havia já defendido num artigo frequentemente citado<sup>2</sup> que não deveríamos analisar a homossexualidade como característica definidora de um tipo particular de indivíduo, mas antes como um papel (ou conjunto de papéis) que determinados indivíduos aprendem a desempenhar no contexto dos quadros conceptuais e das categorizações produzidas em momentos históricos particulares e em sociedades concretas. Sugeriu a autora “[...] que o homossexual seja visto como desempenhando um papel social, mais do que como tendo uma condição” (McIntosh, 1992: 29). Defende, aliás, que “a concepção da homossexualidade como uma condição é, em si mesma, um objecto de estudo [sociológico] possível. [Na medida em que] Esta concepção e o comportamento que suporta operam como uma forma de controlo social numa sociedade em que a homossexualidade é condenada” (McIntosh, 1992: 25), e, numa linha próxima da que viria a ser a de Foucault, que um papel homossexual especializado, distinto e separado teria emergido em Inglaterra pela primeira vez no final do século XVII (McIntosh, 1992: 36).

Foucault e McIntosh lançam, com as suas obras, os elementos para a constituição da abordagem sociológica que haveria de tornar-se dominante face a este objecto teórico: o construtivismo social.

Em aberto continua o debate então iniciado, a que alguém chamou “O Debate” (Weinrich, 1992), entre as perspectivas que poderíamos apelidar nominalistas e realistas e que poderíamos articular esquematicamente em torno de três eixos de problematização:

- a adopção de uma abordagem nominalista *versus* realista; para os primeiros, “o homossexual” é uma entidade particular que se constitui sensivelmente a partir do século XIX<sup>3</sup> nas sociedades de tradição judaico-cristã; para os segundos, sempre existiram indivíduos homossexuais, variando apenas as formas como eram encarados nos diversos contextos histórico-sociais;
- subjaz a este primeiro eixo um outro, com o qual estamos desde sempre familiarizados: o da determinação da relação entre natureza e cultura;
- finalmente, ao debate estão implícitas lutas sociais e políticas sem a compreensão das quais, pensamos, se corre o risco de deixar escapar

<sup>1</sup> Sublinhado nosso.

<sup>2</sup> “The Homosexual Role”, publicado pela primeira vez em 1968, na revista *Social Problems*.

<sup>3</sup> Embora existam divergências quanto a esta datação, o que também se explicará pela incidência geográfica das análises, como se verifica pelos exemplos mencionados: McIntosh (1992) refere-se ao século XVII, Foucault (1994) ao século XIX.

variáveis explicativas fundamentais; assim, deduz-se do desfecho da polémica a adopção de uma ou outra posição em termos políticos.

## **1. Nominalismo e realismo no debate sobre a homossexualidade. As implicações políticas subjacentes**

O debate entre as perspectivas nominalistas, no caso, o construtivismo social, e as realistas, no caso, habitualmente designadas como abordagem essencialista e ligada, fundamentalmente (e, por vezes, precipitadamente), a certas correntes historiográficas modernas norte-americanas e britânicas, teria tido verdadeiramente início aquando da publicação, como referimos, das obras de McIntosh e Foucault.

Assim, segundo a perspectiva construtivista, em bom rigor não só não poderíamos isolar as categorias de sexualidade (assim como não faria sentido falar em sexualidade fora) dos contextos sócio-culturais mais vastos, como, em última análise, essas categorias seriam construídas a partir de determinado momento e a partir de um conjunto de relações de poder, tema sobre o qual se centra, em particular, a tese de Foucault. Por outras palavras, aquilo que hoje designamos como “categorias sexuais”, i.e., a classificação dos indivíduos como homossexuais, heterossexuais, bissexuais, etc., teria surgido como produto das relações de poder na sociedade moderna e não teria qualquer sentido quando aplicado ao passado ou a contextos sócio-culturais, temporais e geográficos diversos dos ocidentais modernos. Podendo embora falar-se da existência de actos homossexuais em virtualmente qualquer contexto sócio-cultural, na verdade não poderíamos falar em homossexuais, heterossexuais, etc., a não ser sensivelmente a partir da constituição das sociedades modernas e da afirmação de grupos sociais particulares como os médicos ou, mais tarde, os psiquiatras (Foucault, 1994; Davidson, 1992; entre outros).

Mas, como salienta Boswell, o construtivismo não constitui uma abordagem monolítica, sendo possível distinguir, no seu âmbito, pelo menos três perspectivas: os que argumentam que a “identidade homossexual” não existia antes de determinada data; os que consideram que a “homossexualidade” não existia antes dessa data; e os que consideram que, embora a “homossexualidade” tenha sido conhecida ao longo da história, os *gay*<sup>4</sup> não existiam até muito recentemente (Boswell, 1992: 136).

Em qualquer dos casos, não existiriam, pois, homossexuais, heterossexuais, bissexuais, ou qualquer outra categoria específica de indivíduos definida em função das modalidades da sua sexualidade a não ser a partir do momento em que este sistema específico de categorização é criado. Por outras palavras, o “nome” não só designa e distingue a “coisa”, como a cria, dá-lhe uma existência real e específica que anteriormente se encontra ausente. Como afirma Hacking, “a proliferação de rótulos nesse domínio [o da sexualidade] pode ter engendrado muitos mais tipos de pessoas do que o mundo alguma vez houvera conhecido” (1992: 74).

Assim, estudos sobre personalidades históricas (artistas, políticos, militares, etc.) que teriam sido homossexuais, bem como a tentativa de traçar uma origem histórica distante para a subcultura *gay* (ou homossexual) não teriam, neste quadro, qualquer sentido, constituindo um anacronismo histórico, e serviriam, antes de mais, a constituição de um acervo legitimador para as estratégias de certos movimentos sociais que se vinham a constituir já anteriormente ao século XX e que se orientariam para a defesa dos direitos, designadamente do direito à não discriminação, dos homossexuais, lésbicas, bissexuais, entre outras “minorias sexuais”.

---

<sup>4</sup> Que Boswell define como os indivíduos que manifestam uma atracção erótica predominantemente orientada para indivíduos do seu próprio sexo, consciente ou inconscientemente (1992: 137).

No início dos anos 80 Boswell publica a sua obra fundamental, onde argumenta que o objectivo de compreensão da intolerância enquanto força social é melhor servido pela análise de um grupo particular – os homossexuais (Boswell, 1981). Apesar deste ser o objectivo estatuído do estudo, na realidade ele acabou por ser saudado como um marco fundamental, produzido no âmbito das ciências sociais, e, especificamente, da História, na demonstração da existência de um “passado *gay*”, sendo muitas vezes usado e criticado como expoente máximo de uma abordagem realista<sup>5</sup>. Esta última assumiria, contrariamente ao que defendem os construtivistas, que, a despeito de diversas designações, concepções e variações, os homossexuais existiram desde sempre. A homossexualidade não seria, pois, uma “preferência” (conceito mais compatível com uma perspectiva nominalista do fenómeno), mas uma “orientação”, i.e., uma característica intrínseca e definidora da identidade individual, social e cultural.

O primeiro aspecto que subjaz a este debate, que se socorre, na realidade, de argumentos bem mais complexos de parte a parte, é o do confronto entre natureza e cultura: em última análise, assumir uma perspectiva segundo a qual a homossexualidade ou a heterossexualidade, por exemplo, são meras *preferências* sexuais, seria mais compatível com uma abordagem que defende que a escolha do objecto sexual não é um dado natural, o resultado de uma predisposição biológica, genética, ou similar, mas sim o resultado da forma como a sociedade se organiza e socializa os seus membros; assumir que se trata de uma *orientação* sexual implicaria considerar que, a despeito de existirem modelações sócio-culturais, os indivíduos se encontram intrinsecamente predispostos nas suas opções sexuais e que estas são relativamente permanentes.

Portanto, uma parte do debate abre via para a colocação da questão da etiologia da (homos)sexualidade através da velha questão de saber onde começam e terminam natureza e cultura na constituição daquilo que o indivíduo é. Ora, os estudos sobre a influência dos genes, das hormonas, etc., sobre as opções sexuais de cada um, mas em particular da homossexualidade, multiplicam-se, sem que, todavia, até hoje tenha sido possível chegar a qualquer resposta “definitiva”.<sup>6</sup>

Mas a questão torna-se mais complexa: a este debate subjaz, muitas vezes apenas de forma implícita, um debate social e político mais vasto, ao qual os próprios sociólogos não são alheios e que se articula em torno da questão de saber como são as abordagens científicas apropriadas, incentivadas ou desincentivadas tanto pelos movimentos defensores dos direitos dos homossexuais, lésbicas e bissexuais, em particular, como pelos seus opositores.

A produção teórica sobre as questões da sexualidade chega, inclusivamente, a dar origem a uma divisão que diríamos “não científica” de vários campos disciplinares, agrupados sob a designação de *gay and lesbian studies* e, mais recentemente, *queer studies*, de cuja insuspeita aceitação por parte do público interessado encontramos prova ao consultar as bibliotecas e livrarias estrangeiras, em particular as anglófonas.

Aceitando uma definição construtivista da sexualidade e, portanto, uma concepção da “identidade sexual” entendida como opção estável e mais ou menos definitiva por determinado objecto sexual, os movimentos sociais que então se projectavam nos meios de comunicação social e se tornavam conhecidos pela designada opinião pública deparam-se com uma dificuldade fundamental: a de contrariarem a ideia, retomada desta mesma assunção,

<sup>5</sup> Diversos outros autores e obras poderiam ser citados, todavia, a obra de Boswell continua a ser tida como marco fundamental à qual diversas abordagens vão beber. Recentemente foi publicada uma outra obra de fundo sobre a homossexualidade, no caso, a feminina, cobrindo o mesmo período histórico (Antiguidade Clássica até ao início da Cristandade), da autoria de Brooten (1996).

<sup>6</sup> Note-se que esta preocupação com a etiologia da (homos)sexualidade humana parece ter alastrado ao domínio da zoologia, dando origem a diversas publicações, a mais extensa daquelas a que tivemos acesso é assinada por Bagehmil (1999).

segundo a qual uma “opção” “tomada” pelo sujeito, conscientemente ou não, e produzida por circunstâncias sociais e culturais, poderia ser modificada por intervenções “curativas” diversas<sup>7</sup>. Como refere Epstein, os activistas dos anos 60 e 70 nos E.U.A. tinham em comum com os construtivistas a insistência nas tipologias sexuais enquanto factos sociais e não naturais, considerando que essas categorias eram altamente fluidas e que precisavam de ser ultrapassadas (1992: 253).

O movimento dividia-se, também, pelo facto de frequentemente recorrer, na sua actuação política, a comparações entre modos de vida e opções sexuais contemporâneas e passadas, designadamente, a confusão entre pederastia grega e homossexualidade masculina ocidental, que visariam “recuperar” o passado e atribuir aos activistas o sentido de uma luta continuada pela tolerância social, bem como defender a ideia de possuírem um passado histórico feito sobretudo de continuidade (Idem). Intelectuais, artistas, filósofos, tornam-se, assim, bandeiras para os movimentos *gay*, prenunciando-se, desde logo, uma divisão de perspectivas, interesses, modos de luta, que haveria de reflectir-se no campo científico, em particular no caso dos E.U.A..

A tensão considerável que estes movimentos geraram e geram na sociedade norte-americana, em particular, e a estratégia política à qual se associam, certamente, as crenças subjectivas dos seus próprios líderes, acaba por fazer com que um debate inicialmente contido dentro da esfera científica perpassasse para o domínio do combate político: a adopção de uma posição construtivista, argumentam alguns, retiraria força ao movimento, fornecendo, por assim dizer, “munições ao adversário”, contribuindo para reforçar a ideia (ainda que eventualmente apenas ao nível do senso comum) da homossexualidade como doença ou resultado de disfunções sexuais e sociais e, portanto, quando não susceptível de cura voluntária por parte dos próprios sujeitos, pelo menos como argumento para a não aceitação da legitimidade das suas pretensões (Ibidem).

No extremar de posições a que se assistiu, e assiste ainda, parece-nos ter-se tornado mais comum a defesa de uma posição realista, i.e., a ideia da homossexualidade (assim como da heterossexualidade e da bissexualidade) como característica intrínseca e inata dos indivíduos, à qual estes não poderiam, ainda que quisessem, escapar. A defesa de tal argumento serviria, segundo alguns, o melhor interesse desses movimentos na medida em que constituiria uma demonstração da sua legitimidade, como a demonstração da ausência de prova científica para a “inferioridade natural” de certas “raças/ etnias” constituiu/ constitui uma arma fundamental na luta pelos direitos civis por parte dessas “minorias”. O argumento seria, assim, não só mais aceitável e mais compatível com os declarados percursos biográficos dos próprios homossexuais, como também facilitaria os processos de tomada de decisão por parte das entidades públicas e políticas.

Assim, tal como a passagem de uma concepção da homossexualidade como “pecado” para uma concepção da mesma como “doença” teria constituído uma melhoria da situação dos próprios homossexuais, também a passagem da ideia de “doença” à ideia de uma “orientação sexual” constituiria uma etapa fundamental para a aceitação da sua diferença.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> A obra de Corraze (s.d.) é elucidativa a este respeito.

<sup>8</sup> Refira-se, ainda, que, mais recentemente, alguns autores têm vindo a defender a adopção do conceito de etnia (em substituição, designadamente, de conceitos como “minorias sexuais”). Esta problemática não é aqui equacionada, mas o artigo citado de Epstein (1992) constitui uma boa súmula dos argumentos em confronto.

## 2. Reequacionando o debate entre nominalismo e realismo

Da análise dos estudos até hoje levados a cabo sobre a questão da sexualidade, e, em particular, da homossexualidade, parece-nos que podemos ressaltar um conjunto de aspectos que se nos afiguram como centrais para uma tentativa de reequacionamento desta polémica. O primeiro desses aspectos prende-se, como não podia deixar de ser, com a epistemologia científica, em particular com a concepção última do que significa, como se produz e qual a natureza das verdades científicas.

Adoptaremos aqui uma posição segundo a qual se é verdade que a ciência resulta de um processo activo de construção de conhecimento em que o sujeito e, portanto, as suas opções teóricas, estão presentes, ela não se constrói, todavia, ao arrepio daquilo que constitui a realidade empírica. Por outras palavras, a ciência é um conhecimento construído pelo sujeito mas que pressupõe, da parte deste, a obediência aos cânones da metodologia científica, o que significa que aquele terá que cumprir determinado conjunto de regras lógicas e metodológicas para que a produção teórica final possa ser considerada verdadeira (Silva, Pinto, 1987; Nunes, 1984: 15-43).<sup>9</sup>

Importa, pois, percebermos o que se entende por “verdade” neste contexto. Refere Kant que “[Copérnico] vendo que não podia conseguir explicar os movimentos do céu admitindo que todo o conjunto das estrelas evoluía em torno do espectador, procurou se não teria mais êxito fazendo rodar o próprio observador em torno dos astros imóveis. [...] é que nós só conhecemos *a priori* das coisas, aquilo que nós próprios lá colocamos” (*in* Vancourt, 1984: 61-62). Enquanto forma de explicação da realidade, a teoria científica pressupõe, assim, a intervenção activa do sujeito e resulta do modo como ele concebe a realidade. Todavia, acrescentaríamos nós, se é verdade que foi preciso “imaginar” um outro mundo possível para chegar à teoria heliocêntrica, não é menos verdade que esta só foi aceite na medida em que as suas afirmações se conformaram melhor ao que é possível observar na realidade, ou, se preferirmos, na medida em que a “realidade” se conformava melhor a esta teoria, o que, para efeitos deste debate, nos parece indiferente. Poderemos, então, aceitar que a verdade científica consiste na adequação entre o que a teoria afirma e o que nos é permitido observar, ainda que, pela sua própria natureza, seja sempre tida como aproximativa, provisória e, portanto, refutável.

É precisamente a forma como entendemos a relação entre realidade e teoria científica que parece encontrar-se frequentemente no centro deste debate, na medida em que se trata de saber se os conceitos criam ou se traduzem a realidade.

O conceito é um instrumento analítico da realidade, uma síntese de traços, características ou aspectos de determinado fenómeno, percebidos pelo sujeito, agrupados sob determinada designação e traduzindo um determinado significado (Grawitz, 1990: 422-430). Portanto, os conceitos, produtos da actividade humana, inexistentes enquanto tais na “realidade”, não se constroem no vazio, mas por relação a fenómenos susceptíveis de serem percebidos pelo observador. Parece-nos que a negação deste pressuposto conduz,

---

<sup>9</sup> Evidentemente, a problemática poderia ser equacionada num quadro mais lato em que o que está em causa é, precisamente, o facto da ciência operar, como qualquer outro tipo de conhecimento, dentro de um quadro de pressupostos, eles próprios relativos – em última instância, como afirma Weber, é necessário acreditar no valor da ciência para se aceitarem as suas regras de demonstração: “a validade normativa das verdades lógicas e matemáticas [constitui] o *a priori* de todas e de cada uma das ciências empíricas” (1983: 169, sublinhado do autor). Todavia, como nenhum dos autores que se encontram no centro desta polémica constróem, explícita ou implicitamente, as suas teorias com base na negação do valor da ciência, iremos assumir que esta questão não está em causa.

necessariamente, à negação da possibilidade de se produzir acerca do mundo que nos rodeia essa forma de conhecimento objectivo a que chamamos ciência<sup>10</sup>.

Assim, se é verdade que a designação “produz” o ser, não é menos verdade que a designação tem que se apoiar nalguma coisa que é, independentemente da vontade do observador. Os conceitos são formas de organizar a realidade que se baseiam naquilo que nela existe, mas são também produto de quem observa e da forma como organiza a mesma realidade. O nexa não nos parece ser, portanto, unívoco, mas circular.

Ora, a questão do nominalismo/ realismo no âmbito do estudo da sexualidade, e, em particular, da homossexualidade, parece, por vezes, reduzir-se frequentemente às palavras (Boswell, 1992: 3-6), que é o mesmo que dizer aos conceitos e às definições que deles são (ou não são) dadas.

Os construtivistas acusam aqueles que designam como essencialistas de produzirem teorias etnocêntricas e anacrónicas ao projectarem no passado sistemas de classificação/ categorização do presente, nomeadamente ao considerarem que nas sociedades pré-modernas existiam “homossexuais” e, acrescenta-se, “heterossexuais”, no sentido em que hoje entendemos estas categorias.

Ora, parece-nos, a este propósito, que esta questão deve ser abordada de duas formas: uma que tem a ver com o significado dos conceitos adoptados, outra com a própria possibilidade de comparação entre épocas históricas diferentes.

O construtivismo, sobretudo nas suas versões mais radicais, parece-nos ter frequentemente ignorado aquilo que habitualmente designamos como *serendipity*. Com efeito, a moderna historiografia anglófona tem vindo a produzir um conjunto de investigações de grande rigor que parece produzir um acumulado de “elementos anómalos” aos quais é praticamente impossível, em bom rigor, ser alheio. Assim, se parece ser verdade que a concepção que os Gregos, por exemplo, tinham do erotismo e dos relacionamentos eróticos e sexuais (ou daquilo que nós hoje em dia classificamos sob estas designações) não têm comparação directa com as nossas classificações actuais, não é menos verdade que nas suas obras literárias e iconográficas estão presentes esses “elementos da realidade” que tornam difícil recusar a ideia de que eles também (re)conheciam a existência tanto de actos homossexuais, como de indivíduos que pareciam preferir parceiros do mesmo sexo<sup>11</sup>. Certamente isto não nos permite associar directamente as suas concepções às nossas – por exemplo, a sodomia da Idade Média não equivale ao que hoje se entende por sodomia<sup>12</sup> – mas permite-nos estabelecer algumas comparações contanto que saibamos distinguir os seus significados e as áreas em que se sobrepõem (ou não) aos nossos. Para o Grego não existia “o homossexual”, nem tão pouco a preferência pelas práticas eróticas com indivíduos do mesmo sexo parece ter sido tida como ontologicamente estruturadora, como veio a acontecer, segundo os próprios construtivistas, na sociedade moderna: outras características eram mais importantes para hetero e auto-identificar os indivíduos (o seu estatuto, o seu sexo, a sua idade, etc.). A este respeito parecem as perspectivas do construtivismo ter razão, mas não nos parece ser absolutamente ilícito, por isso, estabelecer comparações entre as concepções sócio-culturais da sexualidade que hoje temos com as que outros tiveram.

<sup>10</sup> Objectivo não significa, neste contexto, uma tradução directa da realidade, uma certeza sobre o que ela é, mas uma aproximação àquilo que ela pode, com determinada margem de probabilidade e, portanto, de incerteza, ser. Nas palavras de Nunes, objectividade significa “o máximo possível de adequação do conhecimento concreto conseguido ao real concreto analisado” (1984: 38, sublinhado do autor).

<sup>11</sup> Referimo-nos, aqui, à Antiguidade Clássica. Alguns exemplos da extensa bibliografia já existente sobre este período incluem, apenas a título de exemplo, as obras de Boswell (1981), Foucault (1994), Broton (1996), Halperin, Winkler e Zeitlin (1990) e Winkler (1990).

<sup>12</sup> A propósito desta questão, consulte-se a obra de Boswell (1981).

Como afirma Silva, “confunde-se bastantes vezes a comparação, o confronto inter-epocal com o anacronismo, ou diz-se que, como a história parte sempre do presente, das duas uma – ou não se faz qualquer comparação e teorização, ou o anacronismo torna-se inevitável” (1987: 47). Ora, na realidade, parece não haver forma de organizar a informação disponível sem recurso a valores porque só estes permitem atribuir sentido/ significação aos elementos em presença (Idem: 47-49; Weber, 1983: 210- 220). Não existe, pois, possibilidade de analisar o passado a não ser em função do elemento lógico ou significativo construído sempre a partir do presente porque a partir daquele que observa.

Assim, sendo importante estabelecer claramente as distinções entre concepções da (homos)sexualidade em diferentes épocas e sociedades isso não implica que não sejamos capazes de detectar a presença ou ausência de concepções, fenómenos, etc., similares aos nossos.

As posições de realistas e nominalistas a este respeito, desde que não extremadas, não nos parecem, pois, em si mesmas, incompatíveis.

Outra questão se coloca quando se trata de lidar com conceitos como os de orientação ou preferência sexual. Aqui, sim, o assunto complexifica-se porque, na realidade, não sabemos o que “causa” efectivamente a homossexualidade ou a heterossexualidade. Sabemos que existem diversas variáveis de ordem biológica, psicológica, sociológica, etc., que parecem condicionar as opções dos indivíduos, mas cujo peso relativo não foi, até agora, passível de ser determinado. Provavelmente essas opções resultam de uma confluência e interacção entre todas aquelas dimensões (Boswell, 1992: 138), mas, em rigor, não parece ser possível o investigador decidir-se quanto à etiologia da “homo” ou “hetero” ou “qualquer-outra-coisa-sexualidade”, a não ser que o faça em virtude das suas próprias crenças ou conveniência, caso em que cairemos fora do âmbito da ciência.

Ora, esta questão traz novamente para o debate a relação entre produção científica e movimentos sociais/ políticos. Parece-nos, a este respeito, que a produção do conhecimento científico deve obedecer aos cânones científicos e que as verdades científicas não são menos nem mais verdadeiras porque colidem com os interesses políticos ou estratégicos dos investigadores ou da sociedade. É o caso de certas obras que versam sobre a temática da sexualidade e, em particular, da homossexualidade, que insistem em atribuir aos actores de outras épocas históricas a consciência de possuírem *uma* orientação sexual, mesmo em face da ausência (e, muitas vezes, da impossibilidade de obtenção) de evidência empírica. Mas o mesmo se aplica ao construtivismo mais radical que considera que, na ausência do termo, estamos perante a ausência do fenómeno.

## Conclusão

Numa óptica claramente sociológica, argumentarão alguns, o que interessa analisar não são os desvios, mas sim as normas. Não seria, portanto, adequado colocar a questão do ponto de vista da homossexualidade, mas sim da heterossexualidade, da sua origem e constituição como padrão comumente aceite. Não partilhamos inteiramente deste ponto de vista. Argumentaremos que o conhecimento do que em cada momento se considera como “normal” pode e deve passar, necessariamente, pela abordagem daquilo que é tido como desviante, e vice-versa. Mais ainda, assumiremos que o conhecimento dos processos de construção das identidades sociais e colectivas tidas como desviantes é, em si mesmo, um contributo importante e com capacidade de desvendamento dos processos de construção das identidades em geral e, portanto, das próprias identidades normativamente aceites. Estes processos de construção identitária são, por vezes, dificilmente analisáveis quando lidamos com identidades normativamente aceites pela “naturalidade” que elas assumem para os próprios sujeitos e, portanto, pela sua não problematização por parte dos mesmos.



Quando tratamos de processos associados a comportamentos tidos como desviantes, pensamos que está frequentemente em causa uma reorganização da identidade assumida pelos próprios actores, e que se poderá, portanto, assistir a uma passagem de determinados fenómenos do não consciente para o consciente, pelo menos a determinados níveis. Ora, essa desocultação por parte do próprio sujeito parece-nos poder ser, no âmbito da investigação científica, fortemente contributiva para o conhecimento do processo mais geral de construção das identidades.

Assumiremos aqui, na linha de Dubar (1991), que a identidade é social e culturalmente construída através de socializações sucessivas. Neste sentido, ela não é um atributo dado definitivamente à nascença, mas resulta antes de processos de interacção em que o eu e os outros que o rodeiam intervêm dialecticamente. Se existe uma aceitação relativamente pacífica desta tese no âmbito das Ciências Sociais (e, em particular, da Sociologia) quando nos referimos às identidades sociais e colectivas globais, o mesmo se não pode dizer quando lidamos com a questão da operacionalidade e da adequação científica do conceito de “identidade sexual”, entendida no sentido de uma predisposição em termos de preferência exclusiva por determinado objecto sexual que se constituiria como elemento fundamental da construção da identidade para o próprio sujeito.

Esta problemática não é, todavia, como referimos, isenta de interesses particulares, nem decorre num contexto de ausência de jogos e estratégias de poder diversos. Ora, é precisamente neste contexto que se encontram frequentemente fenómenos de constituição de movimentos colectivos e sociais que intervêm, também, como elementos em torno dos quais se definem e articulam identidades colectivas, com a sua conseqüente interferência aos níveis social e individual. Gostaríamos, pois de avançar com a ideia de que a constituição deste tipo de movimentos pode ser tida como um dos elementos fundamentais, hoje em dia, de auto-identificação dos sujeitos na medida em que as coisas ditas, “reveladas” ou tornadas visíveis acabam por assumir frequentemente uma existência objectiva e na medida em que a construção das identidades não é, ela própria, alheia ao conjunto das representações existentes em cada sociedade ou às lutas que entre elas se estabelecem (Bourdieu, 1993).

Significa isto que nos parece indispensável, ao analisar a questão da homossexualidade, e, especificamente, ao procurarmos equacionar quem são e efectivamente o que caracteriza os homossexuais, introduzir a questão dos movimentos sociais e o modo como eles actuam no sentido de reforçar e (re)produzir as categorizações/ taxinomias da sexualidade que conhecemos. Por outras palavras, a constituição desses movimentos e o alargamento da sua esfera de influência pode, pensamos, reflectir, por um lado, o modo como as categorizações se tornaram aceites pela sociedade mais vasta, mas também por aqueles que são assim categorizados, e, por outro, pela sua própria actuação, nomeadamente no sentido de constituírem ou reforçarem a constituição e hetero-identificação de comunidades homossexuais, e pelo apelo que, em geral, fazem a determinado tipo de teorias, constituir um elemento fundamental de auto-identificação para os indivíduos. Parece-nos, assim, que seria interessante perceber até que ponto as biografias dos sujeitos são ou não são retocadas pelo contacto e, eventualmente, pela adesão a esses movimentos. Se ocorre uma reorganização da auto-imagem, ou da auto-identificação do sujeito a partir de determinado momento, que influência (se alguma) tem, nesse processo, a possibilidade de aceder a comunidades mais ou menos delimitadas de indivíduos que se auto-identificam de determinada forma e à informação frequentemente veiculada por esses mesmos movimentos sociais?

**Bibliografia:**

- BAGEHMIL, Bruce (1999), *Biological Exuberance, Animal Homosexuality and Natural Diversity*, New York, St. Martin's Press
- BOSWELL, John (1981), *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality. Gay People in Western History from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century*, Chicago, The Chicago University Press
- BOSWELL, John (1992), "Categories, Experience and Sexuality" in STEIN, Edward (ed.), *Forms of desire. Sexual orientation and the social constructionist controversy*, N.Y., Routledge, 133 – 173
- BOURDIEU, Pierre (1993), *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, s.l., Fayard
- BROOTEN, Bernadette J. (1996), *Love Between Women. Early Christian Responses to Female Homoeroticism*, Chicago, The University of Chicago Press
- CORRAZE, Jacques (s.d.), *A Homossexualidade*, Porto, Rés Editora
- DAVIDSON, Arnold (1992), "Sex and the Emergence of Sexuality" in STEIN, Edward (ed.), *Forms of desire. Sexual orientation and the social constructionist controversy*, N.Y., Routledge, 89 – 132
- DUBAR, Claude (1991), *La Socialization, construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin
- EPSTEIN, Steven (1992), "Gay Politics, Ethnic Identity: The Limits of Social Constructionism" in STEIN, Edward (ed.), *Forms of desire. Sexual orientation and the social constructionist controversy*, N.Y., Routledge, 239 – 293
- FOUCAULT, Michel (1994a), *História da Sexualidade, A vontade de saber*, vol.I, Lisboa, Relógio d'Água
- FOUCAULT, Michel (1994b), *História da Sexualidade, O uso dos prazeres*, vol.II, Lisboa, Relógio d'Água
- FOUCAULT, Michel (1994c), *História da Sexualidade, O cuidado de si*, vol.III, Lisboa, Relógio d'Água
- HACKING, Ian (1992), "Making Up People" in STEIN, Edward (ed.), *Forms of desire. Sexual orientation and the social constructionist controversy*, N.Y., Routledge, 69 – 88
- HALPERIN, David M., WINKLER, John J., ZEITLIN, Froma I. (1990), *Before Sexuality, The construction of erotic experience in the ancient greek world*, New Jersey, Princeton University Press
- MCINTOSH, Mary (1992), "The Homosexual Role" in STEIN, Edward (ed.), *Forms of desire. Sexual orientation and the social constructionist controversy*, N.Y., Routledge, 25 – 42
- NUNES, Adérito Sedas (1984), *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença/ G.I.S.
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.) (1987), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento
- VANCOURT, Raymond (1984), *Kant*, Lisboa, Lisboa, Edições 70
- WEBER, Max (1983), *Fundamentos da Sociologia*, Porto, Rés Editora
- WINKLER, John J. (1990), *The Constraints of Desire, The anthropology of sex and gender in Ancient Greece*, New York, Routledge